



ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO ESTADO DE GOIÁS ENTRE 2015-2018: REFLEXÕES SOBRE GERENCIALISMO E EDUCAÇÃO

**Maria Gabriela Moraes da Silva Lima¹
Ana Júlia Sobral Ferreira², Camila Alberto Vicente de Oliveira³**

¹Universidade Federal de Jataí/ maria.gabriela@discente.ufj.edu.br

²Universidade Federal de Jataí/ anasobral@discente.ufj.edu.br

³Universidade Federal de Jataí/ camila.oliveira@ufj.edu.br

Resumo

Neste estudo, o tema central é a (re)organização da Rede Estadual de Educação do Estado de Goiás, com um recorte temporal entre os anos de 2015 a 2018. A pesquisa teve como objetivo geral: identificar e compreender o projeto de educação nos principais documentos produzidos pela Rede Estadual de Educação de Goiás entre 2015 e 2018. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa documental, de natureza qualitativa, que levantou documentos produzidos pela Secretaria de Educação no período citado e por outras fontes como imprensa regional e nacional e *sites* de entidades de representação estudantil. Os dados levantados foram organizados em quadro sinóptico. Os resultados apontam para uma intensificação da lógica gerencial por meio da privatização das escolas e do pagamento de bônus de desempenho para docentes em contradição com o estabelecimento do Plano Estadual de Educação com metas e estratégias que visam uma educação “dita” de qualidade. Além disso, os documentos apontam para a resistência (especialmente estudantil) à adoção deste modelo privatista de gestão e uma “agenda positiva” do Governo do Estado no período buscando propagandear ações de protagonismo juvenil em detrimento das ações de resistência deste mesmo grupo.

Palavras-chave: Rede Estadual de Educação. Política Educacional. Gerencialismo.

Introdução

O presente texto reúne o debate produzido por dois planos de trabalho de iniciação científica vinculados ao NUFOPE- Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práticas Educativas da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

Os planos de trabalho estão sob o escopo de dois projetos de pesquisa. O primeiro, desenvolvido localmente, busca debater e analisar os efeitos do reordenamento da Rede Estadual de Goiás entre 2011- 2022 sobre a formação docente.

Já o segundo projeto de pesquisa trata-se de uma investigação interinstitucional intitulada “Nova Gestão Pública e Tecnologias Digitais na Educação Básica e Impactos no Trabalho Docente: uma abordagem internacional Brasil – Argentina e Portugal”, coordenado pela Profa. Fabiane Previtali – Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – aprovado e financiado pela Chamada Universal MCTIC/CNPq 2021.

Entre 2023 e 2024, já fora desenvolvida a primeira parte deste estudo por meio de planos de trabalho que tiveram como finalidade levantar os documentos produzidos no mandato

estadual compreendido entre 2011- 2014 (recorte deste plano) e identificar, nos principais documentos relacionados à educação estadual, as concepções de educação e de escola subjacentes a estes materiais. Nestes trabalhos anteriores foram analisados, especialmente, os programas Pacto pela Educação e Reconhecer, que marcaram o período, provocaram mudanças significativas no trabalho docente daqueles que atuam(atuavam) na Rede Estadual e são elementos que apontam para o gerencialismo na Rede Pública de Educação Goiana.

Diante disso, os resultados de pesquisa aqui relatados buscaram avançar neste levantamento documental, agora versando sobre o período 2015-2018 (Governos Marconi Perillo e José Eliton). A pesquisa justificou-se, pois – além de colaborar com os projetos de pesquisa aos quais se inscreve e com a formação das estudantes, de graduação – tem conseguido mapear a documentação do período, especialmente relacionadas à Educação estadual, cooperando, dessa forma, com o mapeamento do reordenamento da Rede Estadual de Educação sob a égide da nova gestão pública.

Considerando estes elementos, a pesquisa teve como objetivo geral: identificar e compreender o projeto de educação nos principais documentos produzidos pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás entre 2015 e 2018. A próxima seção discorrerá sobre os procedimentos adotados pela pesquisa para atingir tal objetivo.

Procedimentos de pesquisa

Como já descrito, esta pesquisa teve como objeto a concepção de educação percebidas nos principais documentos produzidos pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás (ou por outras agências desde que envolvendo a educação) entre 2015-2018 (segundo mandato do Governador Marconi Perillo e mandato concluído pelo vice-governador José Eliton) e, dada a natureza científica do tema, foi realizada uma pesquisa qualitativa, entendendo como aquela que se caracteriza segundo Triviños (1987, p. 128-130) pelos seguintes aspectos: “A fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal”; “A pesquisa qualitativa é descriptiva”; “Esse tipo de pesquisa interessa-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos”, “A análise de dados é feita de forma indutiva” e “O significado é de importância vital na abordagem qualitativa”.

Partindo dessa premissa e a fim de responder ao objetivo elencado, a pesquisa foi de cunho bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica abrangeu a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos, entre outros, que possibilitam realizar um plano de leitura atenta e sistemática objetivando a fundamentação teórica e conceituação do

estudo e o levantamento do estado do conhecimento acerca da temática.

A pesquisa documental, por sua vez, consistiu em selecionar, tratar, interpretar as informações em estado bruto, buscando extrair valores de documentos escritos existentes, documentos que não foram analisados e precisam ser considerados cientificamente autênticos.

A pesquisa documental se caracteriza como aquela que “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (Marconi e Lakatos, 2003, p. 177).

Resultados e discussão

Considerando a base metodológica apontada anteriormente, a pesquisa documental a qual nos referimos foi realizada por meio do levantamento da documentação produzida pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás entre 2015 e 2018. O recorte temporal se refere à segunda parte da pesquisa mais ampla à qual este plano se filia (a primeira parte versou sobre a documentação produzida entre 2011 e 2014).

O material foi coletado no *site* da Secretaria Estadual de Educação que se mostrou a ferramenta mais conveniente, apesar de incompleta, para atender aos objetivos da pesquisa. Além disso, foram levantadas reportagens em *sites* de circulação nacional e de entidades de representação estudantil sobre o contexto da educação no período.

Dessa forma, o quadro 01 sintetiza o levantamento documental empreendido:

Quadro 01 – Documentos sobre/da Educação do Estado de Goiás entre 2015-2018

Ano	Documento	Natureza do documento
2015	Plano Estadual de Educação de Goiás	Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação, para o decênio 2015/2025 e dá outras providências.
2016	Qualifica uma OS para a gestão da educação	Projeto de lei que qualifica como Organização Social de Educação, no âmbito do Estado de Goiás, a entidade que especifica.
	Institui, para o ano de 2016, o Bônus de Incentivo Educacional aos profissionais da educação pública estadual e dá outras providências.	Projeto de lei que institui, para o ano de 2016, o Bônus de Incentivo Educacional aos profissionais da educação pública estadual.
	Modelo de gestão do Estado de Goiás	Reportagem publicada na Agência Brasil intitulada “Novo modelo de gestão de escola em Goiás divide especialistas”
	Resistência dos estudantes ao “novo” modelo de gestão	Reportagem disponibilizada no site da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) intitulada “Goiás resiste com 24 escolas ocupadas contra privatização e militarização”

Ano	Documento	Natureza do documento
2017	Programas e projetos Destaque - protagonismo juvenil	Página com a descrição dos programas, projetos e ações de protagonismo juvenil visam divulgar, criar e estimular no ambiente das escolas de ensino médio da rede pública estadual, atividades que despertem nos jovens a sua capacidade de questionar, opinar, criticar e propor soluções e alternativas, percebendo-se como agente participativo e de mudança.
	Programa Goiás sem fronteiras	Decreto que regulamenta o art. 4º, inciso I, da Lei nº 19.700, de 23 de junho de 2017, referente à participação de estudantes de ensino médio no Programa Goiás Sem Fronteiras.
	Investimentos no Estado de Goiás Programa Goiás pra frente	Reportagem publicada no <i>site</i> da Secretaria de Estado da Educação que descreve os investimentos feitos pelo Governo do Estado na Educação no ano de 2017
	Secretaria de Educação avalia os projetos de 2017	Reportagem publicada no <i>site</i> da Secretaria de Educação na qual a secretaria avalia os projetos do ano de 2017 e enumera as principais ações da pasta.
	Educação integral	Reportagem publicada no <i>site</i> da Secretaria de Educação que descreve a implantação do projeto de educação integral no Estado
2018	Censo da Educação escolar - 2014 2018	Documento produzido pelo Instituto Mauro Borges de estatísticas e estudos socioeconômicos que sintetiza o Censo da Educação Escolar no Estado
	Avanços na educação em Goiás	Reportagem publicada no <i>site</i> da Secretaria de Educação e que faz um balanço da educação goiana ao se aproximar o fim do mandato do Governo Estadual
	Escolas - Padrão Século XXI	Reportagem que descreve a abertura de mais escolas do tipo "Padrão século XXI"
	Avaliação da educação goiana	Reportagem do Jornal Opção que destaca a avaliação da Rede Estadual Goiana que conquistou o primeiro lugar na avaliação do IDEB (Índice de desenvolvimento da educação básica) para o Ensino Médio

Fonte: Organização: as autoras (2025)

Na sequência, será apresentada uma descrição sintética das tendências observadas nos documentos enumerados no Quadro 01. Assim, nota-se que o período investigado foi marcado por tensões entre a defesa legal da gestão democrática e a implementação de práticas gerenciais.

Como referência para análise, a definição de Shiroma (2018) para o gerencialismo na educação aponta que

O gerencialismo difundiu-se como um "canto de sereia" associado à ideia de um Estado enxuto, eficiente, ágil, modernizado, desburocratizado entre outras qualidades. No campo das políticas sociais, a introdução de novos marcos regulatórios combinou a descentralização com mecanismos de controle centralizado, inaugurando um novo modelo de gestão baseado na utilização eficaz dos recursos, do "fazer mais com menos" [...]. Particularmente, na área da educação, os neoliberais semearam um diagnóstico de que os problemas educacionais resultavam da "ineficácia" da gestão. Argumentavam que não faltavam recursos para a área, apenas eram mal geridos; faltava, portanto, profissionais eficazes dotados de competências para gerenciá-los. Deflagrou-se um período de profissionalização de gestores e professores. Esse

movimento colocou os diretores de escola no centro das agendas, responsabilizando-os pelo desenvolvimento de escolas eficazes (Shiroma, 2018, p. 91-92).

Esta referência é a aquela a partir da qual os documentos foram lidos. Dentre eles, o Plano Estadual de Educação (2015–2025) estabeleceu metas ambiciosas de universalização do acesso, qualidade da educação e valorização profissional. Entretanto, paralelamente, foram adotadas medidas como a transferência da gestão escolar para Organizações Sociais, a concessão de bônus meritocráticos e a militarização de unidades escolares. As reportagens e mobilizações sociais, como as ocupações estudantis de 2016, evidenciam a resistência de professores e alunos às políticas de privatização e responsabilização individual. Do mesmo modo, o discurso de eficiência e inovação, amplamente utilizado em programas como Goiás Pra Frente e Escolas Padrão Século XXI, contrasta com denúncias de precarização do trabalho docente e desigualdades regionais.

A promulgação da Lei nº 18.969/2015, que instituiu o Plano Estadual de Educação de Goiás (PEE) para o recorte de 2015-2025, marca um referente normativo para as políticas educacionais goianas, alinhando-se ao Plano Nacional de Educação (PNE). Entre suas 20 metas e 275 estratégias, destaca-se o compromisso com a universalização do acesso à educação básica, a melhoria da qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento da gestão democrática. Porém, o PEE apresenta contradições quando comparado ao cenário subsequente de reordenamento da rede. Apesar de defender a gestão democrática e a participação social, o documento coexiste com medidas posteriores que, na prática, mencionaram alguns princípios como a privatização da gestão escolar por Organizações Sociais.

O decreto de qualificação de Organizações Sociais (OS) para gerir escolas estaduais sinaliza uma inflexão significativa no modelo de administração educacional em Goiás no ano de 2016. Ao atribuir a gestão de unidades escolares a entidades privadas, o Estado inaugura um regime de parceria público-privada que visa, segundo o discurso oficial, aumentar a eficiência administrativa, racionalizar custos e melhorar os resultados pedagógicos. No entanto, na prática, este movimento foi criticado por fragilizar a gestão pública participativa, além de abrir caminho para processos de terceirização e precarização das relações de trabalho. Houve uma resistência por parte dos professores e comunidades escolares demonstrando que a aplicação do modelo gerencialista baseado em metas, resultados e contratos de desempenho não necessariamente dialogam com a ética das escolas públicas como um espaço de formação

cidadã e democrática.

Ainda em 2016, há a continuidade do Bônus de Incentivo Educacional, o qual evidencia outra faceta do gerencialismo na educação goiana. A Lei nº 19.427/2016 vincula a concessão de gratificações financeiras ao atingimento de metas estabelecidas em índices de desempenho escolar. Essa política buscava então criar uma cultura de responsabilização individual dos profissionais da educação, estimulando a competitividade entre escolas e docentes. Embora apresentada como estratégia de valorização do trabalho docente, tal medida desconsidera desigualdades estruturais existentes entre escolas, territórios e perfis socioeconômicos de estudantes. Além disso, a lógica meritocrática poderia comprometer práticas colaborativas e a autonomia pedagógica, ao transformar resultados de avaliações externas em parâmetro exclusivo de “qualidade”.

A reportagem “Novo modelo de gestão do Estado de Goiás” da Agência Brasil, de 2016, retrata as tensões em torno da implementação do modelo de gestão por OS. A matéria mostra a polarização de opiniões entre gestores, especialistas e a sociedade civil. A partir disso encontram-se presente dois lados, defensores da terceirização apontam ganhos em eficiência, controle financeiro e melhoria nos indicadores de desempenho, de outro, críticos alertam para o risco de mercantilização da educação pública, perda de transparência e fragilidade de vínculos trabalhistas. Este documento é relevante por captar a percepção pública e o debate social gerado, que tensiona a legitimidade do projeto de reforma educacional. O registro demonstra que as mudanças não ocorreram sem contestação.

Nessa linha contestatória, a matéria publicada pela UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) destaca o movimento de ocupações estudantis em Goiás. Em 2016, mais de vinte escolas foram ocupadas em protesto contra a privatização e militarização da gestão escolar. Os estudantes reivindicaram a manutenção de uma escola pública, gratuita, democrática e de qualidade, criticando a ausência de diálogo com a comunidade. A reportagem teve como objetivo evidenciar como os sujeitos impactados diretamente pelas mudanças (estudantes, professores e famílias) atuaram politicamente para tensionar o discurso de modernização. De tal forma que as ocupações escolares se tornam, portanto, um fenômeno social que revela a incongruência entre a promessa de democratização (prevista no PEE) e a prática de implementação de políticas privatistas.

Em 2017, nota-se o início de uma propaganda das ações do Estado para arrefecer a resistência ao reordenamento da Rede Estadual. Um desses exemplos: a proposta do Protagonismo Juvenil, amplamente divulgada em portais oficiais, insere-se no rol de programas

que pretendem envolver os estudantes na dinâmica escolar como agentes de mudança. A narrativa oficial enfatiza que tais ações visam “estimular a capacidade de questionar, opinar e propor soluções”, promovendo engajamento crítico. Contudo, o protagonismo juvenil, quando instrumentalizado dentro de um projeto gerencialista, pode operar como estratégia de legitimação das reformas, sem, de fato, ampliar a participação política efetiva.

O Programa Goiás sem Fronteiras, de 2017, regulamenta a participação de estudantes do ensino médio em intercâmbios acadêmicos no exterior. O decreto que institui o programa ressalta o objetivo de “ampliar a formação cultural, acadêmica e cidadã”. Embora tenha sido uma ação potencialmente enriquecedora para os estudantes contemplados, a abrangência restrita levanta questionamentos sobre o caráter seletivo e a capacidade real de democratizar oportunidades educacionais.

No Programa Goiás pra Frente anuncia expressivos investimentos na área educacional, estimados em cerca de R\$ 4 bilhões. Os relatórios oficiais afirmam que os recursos foram aplicados em infraestrutura, capacitação de profissionais e modernização tecnológica. Todavia, a pesquisa questiona como esses investimentos se materializam na melhoria das condições reais de trabalho docente e na garantia de uma escola pública de qualidade. O discurso de eficiência fiscal e de “modernização” precisa ser confrontado com evidências de impacto nas práticas pedagógicas e na permanência escolar dos estudantes.

Ainda em 2017, a entrevista concedida pela então Secretária de Educação Raquel Teixeira reforça o balanço positivo das ações implantadas naquele ano. A gestora destaca conquistas como a expansão da educação integral e o aumento dos índices de desempenho. Entretanto, nota-se que o discurso oficial privilegia resultados quantitativos, enquanto as condições subjetivas e materiais do fazer docente nem sempre são problematizadas. Essa dimensão reforça o tensionamento entre o discurso oficial e os impactos efetivos sobre o cotidiano das escolas, particularmente em relação à formação continuada e à autonomia docente.

Em 2017, ainda foi localizado um documento sobre a Educação integral. A expansão da educação integral é apresentada como estratégia para promover a transformação social e ampliar o tempo de permanência do estudante na escola. A proposta dialoga com metas do PEE e do PNE, mas, na prática, a viabilidade dessa expansão demanda infraestrutura, financiamento constante e políticas de formação específicas. A pesquisa documental permite indagar se tais condições foram plenamente garantidas ou se prevaleceu a lógica de expansão numérica desvinculada do suporte estrutural, o que pode acarretar sobrecarga para docentes e

precarização do trabalho pedagógico.

No último ano pesquisado (2018) foram localizados documento como o Censo Escolar produzido pelo Instituto Mauro Borges fornece uma radiografia das matrículas, evasão, rede física e corpo docente no período. Os dados revelam flutuações na matrícula, reorganização de unidades e concentração de recursos em determinadas regiões.

Estes números são cruciais para dimensionar os efeitos do reordenamento: enquanto se celebra avanços em índices de desempenho, o fechamento ou reagrupamento de escolas pode gerar sobrecarga, deslocamentos e precarização da jornada docente.

Em outra linha, a agenda positiva do Governo do Estado se mantém. Na reportagem institucional “Avanços na Educação em Goiás” (2018), destaca que Goiás obteve “o maior avanço em 10 anos” segundo os resultados do IDEB. O dado é usado como indicador de sucesso das reformas, projetando a imagem de uma gestão eficiente. Contudo, o uso instrumental de indicadores quantitativos pode ofuscar desigualdades persistentes na rede. A ênfase em *rankings* e metas pode desconsiderar contextos locais diversos, impactando de forma desigual os profissionais da educação.

Já o texto “Escolas – Padrão Século XXI” (2018), destaca que este programa propõe novas unidades com infraestrutura moderna e metodologias inovadoras. Essas escolas são apresentadas como vitrine da modernização da rede. No entanto, a sustentabilidade desse modelo exige investimentos contínuos e formação qualificada dos professores. Caso contrário, o padrão pode se tornar mais um instrumento de marketing político do que uma real transformação da rede como um todo.

Em uma pesquisa mais aprofundada sobre este modelo de escola, é relevante pontuar alguns dados referentes a ele. O modelo Padrão Século XXI é resultado do programa Goiás na Frente Educação, lançado em 2017. Dados oficiais da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (SEDUC-GO) e da Agência Brasil Central indicam que, até 2022, foram projetadas 52 unidades, com investimentos estimados em cerca de R\$ 510 milhões, distribuídas por mais de 25 municípios goianos, com maior concentração em regiões metropolitanas e polos regionais como Anápolis, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Rio Verde. Exemplos públicos destacam unidades de referência, como o Colégio Estadual Padrão Século XXI de Goianira, inaugurado em 2023, que sozinho recebeu R\$ 11 milhões em obras (SEDUC-GO, 2023). Cada escola segue uma tipologia arquitetônica padronizada: 12 salas de aula climatizadas, biblioteca, laboratórios, quadra coberta, grêmio estudantil, refeitório, áreas administrativas e espaços para formação docente.

Embora o discurso oficial ressalta a “igualdade de padrão” para todos os municípios, os relatórios não demonstram detalhadamente a cobertura em áreas rurais ou em cidades de menor densidade populacional, o que pode reforçar desigualdades inter-regionais.

Por fim, a reportagem do Jornal Opção destaca Goiás como o primeiro lugar no IDEB do Ensino Médio. O dado é frequentemente mobilizado como justificativa das reformas gerencialistas.

Considerações finais

O material coletado foi analisado buscando compreender o reordenamento da Rede Estadual de Goiás entre 2015-2018 e as concepções subjacentes aos documentos acerca dos sentidos atribuídos à educação neste período e a interface com o fortalecimento da chamada Nova Gestão Pública no Estado de Goiás.

A pesquisa desenvolveu-se como documental e qualitativa, ancorada em referenciais teóricos sobre política educacional, gestão escolar e neoliberalismo. Foram analisados documentos oficiais, leis, decretos, relatórios de gestão, censos, reportagens e produções acadêmicas referentes ao período delimitado (2015–2018). Entre os documentos centrais analisados, destacam-se: Lei nº 18.969/2015, que instituiu o Plano Estadual de Educação de Goiás; - Decreto de 2016 que qualificou Organizações Sociais para a gestão de escolas públicas estaduais; - Lei nº 19.427/2016, que instituiu o Bônus de Incentivo Educacional; - Reportagens da Agência Brasil e da UBES sobre as tensões envolvendo a privatização e militarização das escolas; Programas estaduais como Goiás Sem Fronteiras, Goiás Pra Frente e Protagonismo Juvenil; Programa Escolas Padrão Século XXI e Censo Escolar 2014–2018.

É necessário problematizar se a melhoria nos indicadores apontada nos documentos reflete avanço pedagógico substantivo ou se responde a estratégias de gestão voltadas para resultados numéricos/quantitativos, sem considerar a qualidade das condições de trabalho docente e de aprendizagem.

A pesquisa buscou identificar e analisar os principais documentos e políticas educacionais do Estado de Goiás entre 2015 e 2018. Os resultados indicam que, embora o Plano Estadual de Educação destacasse a valorização docente e a gestão democrática, as medidas efetivamente implementadas alinharam-se ao gerencialismo neoliberal, priorizando eficiência, responsabilização individual e parcerias público-privadas nos termos definidos e já citados por Shiroma (2018).

Agências de fomento: PIBIC/CNPq e Prolicen/UFJ

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Novo modelo de gestão de escola em Goiás divide especialistas.

Agência Brasil, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-02/novo-modelo-de-gestao-de-escola-em-goias-divide-especialistas>. Acesso em 15 jun 2025

GOIÁS. Decreto de 2016. Qualifica Organizações Sociais para a gestão de unidades escolares. 2016. Disponível em:

<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/67637/pdf>. Acesso em 15 jun 2025

GOIÁS. Escolas Padrão Século XXI. Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/avanco-na-educacao-em-goias-e-o-maior-em-10-anos/>.

Acesso em 15 jun 2025

GOIÁS. Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação para o decênio 2015/2025. 2015. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/wp-content/uploads/sites/40/files/PLANO-ESTADUAL-DE-EDUCACAO-PEE-2015-2025-1.pdf>. Acesso em 15 jun 2025

GOIÁS. Lei nº 19.427, de 30 de junho de 2016. Institui o Bônus de Incentivo Educacional aos profissionais da educação pública estadual. 2016. Disponível em:

<https://leisestaduais.com.br/go/lei-ordinaria-n-19427-2016-goias-institui-para-o-ano-de-2016-o-bonus-de-incentivo-educacional-aos-profissionais-da-educacao-publica-estadual-e-das-outras-providencias>. Acesso em 15 jun 2025

GOIÁS. Programa Goiás Pra Frente. Secretaria de Estado da Educação, 2017. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/educacao-recebeu-em-2017-r-4-bilhoes-em-investimentos/>. Acesso em 15 jun 2025

GOIÁS. Programa Goiás Sem Fronteiras. Decreto nº 19.700, de 23 de junho de 2017. 2017. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/69781/pdf>. Acesso em 15 jun 2025

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das organizações multilaterais. **Momento - Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 88–106, 2018. DOI: 10.14295/momento.v27i2.8093. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8093>. Acesso em: 1 set. 2025.

TRIVINOS, Augusto. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UBES. Goiás resiste com 24 escolas ocupadas contra privatização e militarização. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, 2016. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2016/goias-resiste-com-24-escolas-ocupadas-contra-privatizacao-e-militarizacao/>. Acesso em 15 jun 2025.